



## Os arquivos nos sistemas de cultura do Rio Grande do Sul: diagnóstico a partir dos documentos de adesão ao Sistema Nacional de Cultura

*The archives in the culture systems of Rio Grande do Sul: diagnosis from the  
documents of adherence to the Brazilian National System of Culture*

Evelin Melo Mintegui 

Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil  
evelinmintegui@furg.br

Chrystina da Conceição Assumpção Aguiar 

Graduação em Arquivologia  
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil  
chrystinacao@gmail.com

### Resumo

Apesar do potencial impacto positivo das instituições arquivísticas nos processos de gestão administrativa, o foco desta pesquisa foi colocado no sentido de sua relevância cultural, traduzida na representação em sistemas locais de cultura do Rio Grande do Sul, aderidos ao Sistema Nacional de Cultura. Nos termos dos estudos de políticas públicas, a pesquisa teve o objetivo de avaliar a interação entre o subsistema político arquivístico e o *policy domain* da cultura no Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos, buscou mapear os sistemas locais de cultura aderidos ao Sistema Nacional de Cultura, levantar os documentos que regulamentam a institucionalização de tais sistemas e verificar em tais documentos a presença ou a ausência de instituições arquivísticas nos seguintes aspectos: na organização do sistema cultura local, na constituição de conselhos de cultura e nos planos estadual e municipais de cultura. A metodologia da pesquisa foi configurada de maneira sobretudo qualitativa, embora apresente elementos de cunho quantitativo, com objetivos descritivos e procedimentos de pesquisa documental. Conclui que há baixa interação entre o subsistema político arquivístico e o *policy domain* da cultura no Estado e nos Municípios gaúchos.

**Palavras-chave:** instituições arquivísticas; Sistema Nacional de Cultura; subsistema político arquivístico; políticas culturais arquivísticas; políticas públicas arquivísticas.

### Abstract

*Despite the potential positive impact of archival institutions on administrative management processes, the focus of this research was placed towards their cultural relevance, translated into representation in local culture systems in the State of Rio Grande do Sul, adhered to the National Culture System. In terms of public policy studies, the research aimed to evaluate the interaction between the archival policy subsystem and the policy domain of culture in the State of Rio Grande do Sul. As specific objectives it sought to map the local culture systems adhered to the National Culture System, survey the documents that regulate the institutionalization of such systems and verify in such documents the presence or absence of archival institutions in the following aspects: in the organization of the local culture system, in the constitution of culture councils and in the state and municipal culture plans. The*



doi: [10.28998/cirev.2024v11e15679](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e15679)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 14/06/2023

Aceito em: 06/02/2024

Publicado em: 10/02/2024

*research methodology was qualitative, although it presents elements of quantitative nature, with descriptive objectives and documentary research procedures. It concludes that there is little interaction between the archival political subsystem and the policy domain of culture in the State of Rio Grande do Sul.*

**Keywords:** *archival institutions; Brazilian National System of Culture; archives and records policy subsystem; archives and records cultural policies; archives and records public policy.*

## 1 INTRODUÇÃO

Arquivos, enquanto instituições, são entidades politicamente multidimensionais, levando em conta que podem funcionar tanto enquanto órgãos dedicados ao controle administrativo dos processos de gestão de documentos, ou seja, em um segmento político administrativo, quanto promover a memória e a cultura, seja por meio da difusão e da mediação dos conteúdos de seus acervos, seja enquanto espaços sociais relevantes para suas comunidades, tanto pelas condições de cidadania que seus registros possam vir a viabilizar, quanto no sentido de recurso simbólico ou econômico.

Há diversos motivos pelos quais os documentos são institucionalizados. Cunningham (2003), com base em Derrida (1930-2004) e outros, apresenta alguns deles: a necessidade de cumprimento de obrigações legais por parte das próprias instituições; a necessidade das comunidades de lembrar para preservar as relações com suas origens; para esclarecer, educar, entreter; por questões simbólicas; como forma de legitimação do poder estabelecido, escolhendo o que se deve lembrar ou esquecer; como meio de controle do Estado pelos governados. De acordo com o autor, tais razões não são mutuamente exclusivas, e os motivos pelos quais os arquivos foram criados podem, inclusive, estar mesclados.

Efetivamente, vários Arquivos debatem-se, consciente ou inconscientemente, com as ambiguidades, complementaridades e contradições ocasionadas por servirem, implícita ou explicitamente, a objectivos divergentes. Serão os arquivos parte do governo ou uma forma de sobre ele exercer controlo? Os arquivos públicos existem para servir às necessidades legais e administrativas do governo e/ou de um país ou funcionam primariamente como instituições culturais e de preservação da memória? Qual a inter-relação entre os papéis simbólicos e estas funções e mandatos? Mais importante ainda, que factores influenciam na prática as respostas a estes dilemas e quais as consequências de cada uma delas? (Cunningham, 2003, p. 63).

No sentido de compreender os distintos papéis simbólicos dos arquivos, esta pesquisa tem o objetivo de levantar situação da interação entre o subsistema político arquivístico e o *policy domain* da cultura no Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, por meio da análise dos instrumentos normativos que estado e municípios devem apresentar para aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Entre os objetivos específicos colocam-se o mapeamento de sistemas locais de cultura que tenham aderido ao SNC, o levantamento dos documentos que regulamentam a institucionalização de tais sistemas locais, e a verificação nos mesmos a presença ou a ausência de instituições arquivísticas nos seguintes aspectos: na organização do sistema cultural local, na constituição de conselhos de cultura e nos planos estadual e municipais de cultura. Isso permitirá compreender o papel das instituições arquivísticas enquanto instituições

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto, 'Rio Grande do Sul' será referido como o território no qual se localizam os diversos municípios, enquanto 'Estado do Rio Grande do Sul' será referido como o ente federado, em igualdade com os municípios, que, assim como estes últimos, também precisa atender a requisitos para vincular-se ao Sistema Nacional de Cultura.

culturais e de preservação da memória naquele estado, apresentando uma metodologia capaz de ser replicada para outros estados e regiões.

A próxima seção apresenta a relação entre arquivos, políticas culturais e políticas públicas que orienta este trabalho. Na sequência, a seção seguinte explica os conceitos de subsistema político, de *policy domain*, bem como apresenta o propósito e os termos de adesão ao SNC. Logo, apresenta-se a metodologia de coleta e análise de dados, os resultados e a discussão deles. Por fim, conclui-se que existe baixa interação entre o subsistema político arquivístico e o *policy domain* da cultura no Rio Grande do Sul.

## 2 ARQUIVOS, POLÍTICAS CULTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Vázquez Murillo (2015, p. 93-94, tradução nossa), a política arquivística seria identificável pelas áreas de interesse que ela cobriria, e que, para ele, seriam aquelas identificadas com o que o autor entende por objetos da Arquivologia: “Os documentos de arquivo isolados e os conjuntos documentais. Os arquivos e os sistemas de arquivo. Os arquivistas, as associações e os centros de formação arquivística.” No texto em questão, o autor discorre sobre diversas possibilidades de se compreender a política arquivística, ora relacionando-as a políticas públicas, ora a políticas institucionais. Diferente de outras definições, ele parte da ideia de política enquanto “conjunto de metas e objetivos que tendem a elevar a qualidade de vida de uma comunidade, mediante recursos existentes ou a serem criados, que se plasma em diretivas e em seguida em legislação.” (Vázquez Murillo, 2015, p. 94, tradução nossa). A definição e seu tom mais aspiracional do que empírico, nos lembra dos propósitos de uma política que ofereça melhorias nas condições de vida das pessoas.

A definição mais citada sobre políticas arquivísticas no Brasil é, sem dúvida, a de Jardim (2006), cujo foco está nas políticas públicas. Elas seriam:

O conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006, p. 39).

Entre as suas características estariam seu potencial de intersectorialidade, um âmbito de origem, e a tendência à transversalidade. Jardim (2006) chama, ainda, a atenção para que não sejam confundidas com a legislação arquivística. O autor define as políticas arquivísticas como “uma das dimensões das políticas públicas informacionais” (Jardim, 2006, p. 10), que deveriam ser explícitas de maneira clara nos Estados democráticos. Além disso, chama a atenção para a precária relação entre políticas arquivísticas e políticas de informação no Brasil, caracterizada por uma ignorância mútua que traz prejuízos especialmente para o campo arquivístico.

Sobre políticas culturais e arquivos, a bibliografia parece relacioná-los a partir de três pontos de vista. O primeiro deles os vincula a partir de estudos sobre a difusão arquivística – seja cultural ou educativa (Aldabalde; Rodrigues, 2015; Bragança, 2014; Cabral, 2012; Costa; Carvalho, 2017; Furtado, 2011; Oliveira; Lessa, 2022; Tartaglia, 2020). O segundo conjunto os aproxima por meio de questões relativas ao patrimônio cultural (Malverdes; Lopez, 2016, Medeiros, 2011, Menezes; Bahia, 2020, Mintegui; Karpinski, 2018, Reis; Aquino, 2019). O terceiro conjunto de trabalhos considera os arquivos do ponto de vista de políticas públicas culturais (Balbino; Venâncio, 2020; Cunha; Constante, 2012; Silva, 2015).

Balbino e Venâncio (2020) buscaram levantar o quantitativo de investimentos realizados em instituições arquivísticas por meio da Lei Rouanet, no período entre 2010 a 2016. Concluíram que os recursos então investidos eram ínfimos em relação às necessidades do patrimônio documental brasileiro. Cunha e Constante (2012) diagnosticaram as relações entre arquivo e cultura na estruturação e nas ações do Conselho Nacional de Arquivos, nas menções à cultura na legislação arquivística e na menção a arquivos em leis estaduais de incentivo à cultura. Embora presente, a temática seria pouco explorada em seus aspectos teóricos e práticos.

Por sua vez, Silva (2015) analisou a atuação dos dois âmbitos representativos relacionados a arquivos que existiam à época: o Conselho Nacional de Arquivos e o Colegiado Setorial de Arquivos (composição vinculada ao Conselho Nacional de Políticas Culturais), no sentido de mobilizar a discussão sobre a necessidade da participação social na criação de políticas públicas.

Todos esses trabalhos trazem elementos importantes para caracterizar o Brasil como espaço de baixa interação entre políticas arquivísticas e políticas culturais. A pesquisa aqui apresentada se soma a tal conjunto de iniciativas, no sentido da realização de diagnóstico pontual que analisa contextos de políticas públicas culturais e arquivos.

### **3 SUBSISTEMAS POLÍTICOS, *POLICY DOMAIN* E O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA**

Este trabalho tem como fundamentação teórica dois conceitos advindos de uma abordagem de análise de políticas públicas conhecido como Modelo de Coalizão de Defesa (MCD). Para os propósitos do trabalho, é importante compreender que o subsistema político é uma ferramenta heurística para pensar os arquivos no SNC. Portanto, há coincidência nos termos 'subsistema' e 'sistema', um tratando de um conceito, o outro, do objeto de análise. O conceito de subsistema político é uma das principais ferramentas heurísticas derivadas do MCD, também conhecido como quadro teórico das coligações de causa ou de interesse, desenvolvido por Paul Sabatier e Jenkins-Smith. De acordo com Sabatier (1998), o modelo emerge de um conjunto de estímulos, entre os quais, encontrava-se a busca por alternativas ao modelo do ciclo de políticas públicas e a sucessão rígida de etapas sucessivas e permitir a compreensão dos processos de mudança política.

A abordagem apresenta cinco premissas. A primeira é de que teorias sobre processos e mudanças políticas precisa levar em consideração informação técnica relativa aos problemas em questão. A segunda premissa estabelece a necessidade de uma perspectiva temporal longa (maior que dez anos). A terceira coloca a necessária ampliação da unidade de análise para além da estrutura governamental (subsistemas). A quarta premissa sustenta que jornalistas, pesquisadores e analistas de políticas também devem ser inseridos como atores nos subsistemas pelo papel que desempenham na difusão de ideias, bem como atores de todos os níveis governamentais que estejam ativos em um processo de formulação e implementação. Por fim, a quinta premissa coloca que as políticas públicas trazem consigo ideias sobre a forma de resolução de problemas, que podem ser entendidas como sistemas de crenças (Roth Deubel, 2010; Sabatier, 1998).

O subsistema político é um conceito criado para captar a interação entre atores, instituições e ideias do fazer político de interesse (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Subsistemas seriam caracterizados como "compostos de um número limitado de atores e instituições, geralmente reunidos em grupos mais ou menos coesos, que se especializam e direcionam

seus esforços para algumas questões específicas em relação a uma política” (Capella; Brasil, 2015, p. 58-59).

Os subsistemas de políticas são definidos por uma área temática, um território geográfico e os atores políticos envolvidos. Os subsistemas de políticas podem ocorrer em qualquer nível de governo, de local a nacional, e podem ocorrer em arranjos internacionais. Os subsistemas de política também são justapostos e sobrepostos e semiautônomos. Eles podem envolver representantes de qualquer nível de atores políticos, governamentais e não governamentais, incluindo os do setor privado, organizações sem fins lucrativos, academia, empresas de consultoria, a mídia de notícias, cidadãos engajados e possivelmente outros. (Carney; Weible, 2015, p. 93, tradução nossa).

Um subsistema de políticas públicas pode ser representado por todos aqueles que se ‘atorizam’ em processos de políticas públicas. Para Boullosa (2013), ele é composto por atores individuais (mais raramente) ou coletivos, não necessariamente ligados ao governo (políticos, funcionários com diferentes poderes de legitimidade), formais ou informais, declarados ou não declarados, tais como ativistas, *advocacy coalitions*<sup>2</sup>, burocracia, burocracia de rua ou de linha de frente (*street level bureaucracy*)<sup>3</sup>, comunidade epistêmica, especialistas, grupos de pressão, *stakeholders*<sup>4</sup>, *think tanks*<sup>5</sup>, *policymakers*<sup>6</sup>, *policytakers*<sup>7</sup>, políticos etc.).

Na pesquisa, o conceito de subsistema político foi mobilizado no sentido de compreender o conjunto de atores e instituições relacionados ao universo dos arquivos, tanto instituições arquivísticas quanto organizações ou representações da sociedade civil que figurassem na organização dos sistemas locais de cultura do Rio Grande do Sul. Por sua vez, o conceito de *policy domain* foi empregado para enfatizar o ambiente de gestão de políticas públicas culturais, representado pela organização do SNC.

O SNC teve inspiração na configuração do Sistema Único de Saúde, tratando-se de um modelo de gestão de políticas públicas culturais em que há papéis definidos para os governos federal, estaduais e municipais, de maneira descentralizada, com incentivo ao estabelecimento de metas e objetivos voltadas às necessidades locais de forma coletiva e democratizada. (Brasil, 2011). A criação do SNC traduzia-se, ainda, em estratégia que resgatava o papel do Estado como motor de políticas culturais, papel este reduzido desde o momento de transição democrática, que introduziu o modelo de financiamento cultural por meio de leis de incentivo. O modelo de financiamento baseado em incentivos fiscais, embora tenha atendido a algumas demandas do setor cultural, deixaria o poder de decisão para o mercado, o que enfraquece e envia a destinação de recursos (Rubim, 2007).

A estratégia de constitucionalização do SNC revelou-se especialmente importante no contexto de desmonte de políticas culturais, iniciado já na Gestão de Michel Temer (2016-

---

<sup>2</sup> Conjuntos de atores públicos e privados que compartilham padrões normativos e modelos causais, e que se engajam na defesa de políticas públicas coerentes com suas crenças básicas (Secchi; Coelho; Pires, 2020, p. 231).

<sup>3</sup> Categoria de atores que se refere aos funcionários da estrutura burocrática da Administração Pública que têm contato direto com o público e que possuem, informalmente, alto grau de liberdade de decisão (discricionariedade) (Secchi; Coelho; Pires, 2020, p. 230).

<sup>4</sup> Todos os portadores de interesses nas atividades de uma organização (uso nas ciências da administração), ou nos impactos de uma política pública (uso na área de políticas públicas) (Secchi; Coelho; Pires, 2020, p. 237).

<sup>5</sup> Organização de pesquisa e aconselhamento em políticas públicas (Secchi; Coelho; Pires, 2020, p. 237).

<sup>6</sup> Atores que protagonizam a elaboração de uma política pública (Secchi; Coelho; Pires, 2020, p. 235).

<sup>7</sup> Destinatários de uma política pública, ou seja, aqueles atores para os quais a política pública foi elaborada.

2018), quando do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff (2011–2016), e completamente efetivada no governo de Jair Bolsonaro (2018–2022).

Para aderir ao SNC, cada ente federativo deve estabelecer o tripé Conselho, Plano e Fundo (CPF). Ou seja, União, estados e municípios teriam seus Conselhos de Cultura, e seriam responsáveis pelo planejamento formal de ações em seus devidos sistemas. Os planos seriam construídos de maneira participativa, registrando as ações que poderiam utilizar financiamento específico. Neste último caso, a transferência de recursos seria realizada fundo a fundo, ou seja, recursos da União proveniente de fundo nacional seriam repassados aos fundos estaduais, e destes aos municipais (Brasil, 2011). Para ter sucesso, o sistema coloca como necessários, além da identificação de um marco teórico-conceitual e jurídico-legal, o fortalecimento do âmbito institucional da gestão de cultura nos estados e municípios, tendo nas figuras dos conselheiros um importante elemento de atuação, tanto no que se referia ao planejamento e formulação quanto na implementação das estratégias e ações.

Logo, para a institucionalização de sistemas de cultura é preciso que o ente federado apresente documentos normativos que estabeleçam seus sistemas de cultura, os órgãos gestores de cultura, o fundo de cultura e o plano de cultura (não necessariamente na mesma lei). A implementação requer que o órgão de cultura tenha um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) validado, com conta corrente associada ao mesmo e ata de estabelecimento do conselho de cultura. Além disso, o próprio fundo de cultura deve ter CNPJ próprio, e o plano de cultura deve desdobrar-se em metas e indicadores (Brasil, 2011, 2021). É possível acompanhar a adesão, bem como a situação de entes federados em relação ao atendimento de cada um desses itens em painel disponível no sítio eletrônico do SNC (Brasil, 2021).

Desta maneira, por meio da análise desses instrumentos normativos de adesão ao SNC foram coletados os dados para o reconhecimento de instituições arquivísticas e do próprio setor de arquivos nos sistemas de cultura do Rio Grande do Sul.

#### **4 METODOLOGIA**

Trata-se de pesquisa de abordagem predominantemente qualitativa, embora conte com elementos quantitativos. Seus objetivos são descritivos e seus procedimentos a caracterizam como uma pesquisa documental. A fonte para a coleta de dados para a pesquisa foi o painel *VerSNC* (disponível em <http://ver.snc.cultura.gov.br/>), que proporciona acesso a informações sobre o processo de adesão dos entes federados do Brasil ao SNC. Nesse painel é possível consultar os documentos que os entes federados devem submeter para demonstrar sua estruturação enquanto membros qualificados. Entre as categorias de documentos submetidos estão legislação que comprove a existência de um órgão gestor especializado (secretaria de cultura), legislação que comprove a criação do sistema de cultura (que apresenta os componentes do sistema local, assim como seus subsistemas), legislação de criação do conselho de cultura que apresente a sua composição, ata que demonstre a realização de reunião desse conselho, legislação que comprove a criação do fundo de cultura, bem como os planos de cultura eventualmente criados pelos conselhos de cultura com participação da comunidade.

Foi verificada a situação de adesão de cada município do Rio Grande do Sul, assim como o próprio Estado (ente federado). Os documentos relativos a cada ente federado foram organizados por mesorregiões e microrregiões geográficas, geridos e analisados por meio de um software de análise qualitativa (*Atlas.Ti*). A coleta de dados foi realizada entre os meses de janeiro e setembro de 2022.

A maior parte dos documentos se encontrava em formato *Portable Document Format* (PDF) com reconhecimento de caracteres habilitado. Documentos que eventualmente não estivessem nesse formato com legibilidade de texto tiveram as citações de interesse transcritas e, posteriormente, codificadas. Entre as categorias utilizadas para a codificação dos documentos e citações estavam a mesorregião e a microrregião, o tipo de instrumento normativo relacionado ao sistema de cultura local.

A primeira rodada de análise selecionou todos os documentos que tivessem mencionado o *string* 'arquiv', criando um subgrupo de documentos, que foi analisado em uma nova rodada, verificando-se se as menções eram relevantes à temática da pesquisa. As que assim foram julgadas receberam codificação que demonstrasse em que sentido os arquivos eram mencionados nos documentos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro conjunto de dados analisados foi o relativo ao Estado do Rio Grande do Sul, que como ente federado não ocupa espaço hierarquicamente superior aos municípios no SNC, conforme a modalidade federativa da organização política brasileira. Assim, o Estado do Rio Grande do Sul possui sistema de cultura, em cuja legislação organizativa não menciona os arquivos ou o Sistema de Arquivos do Estado como componentes de maneira explícita. No entanto, os arquivos, assim como bibliotecas e museus são mencionados como entidades culturais capazes de exercer representação no Conselho Estadual de Cultura. No que se refere à legislação sobre o Fundo Estadual de Cultura, os arquivos estão presentes entre as entidades para as quais os recursos do fundo podem ser destinados, seja em projetos de construção, restauro, preservação e reforma. No plano de cultura do estado, é possível observar 12 menções aos arquivos, demonstrando que existe demanda registrada pelo setor, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Menções a arquivos no Plano de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

*continua*

Conteúdo
Promover o direito à memória por meio de museus, arquivos e coleções.
Estabelecer programas específicos para setores culturais, contemplando artes visuais, música, circo, dança, teatro, culturas populares tradicionais, culturas populares emergentes, literatura, audiovisual, museus, arquivos, patrimônio ambiental e cultural, material e imaterial, com atenção à biodiversidade, à diversidade cultural, em especial às diferenças étnicas, de gênero, de orientação sexual e de origem dos povos, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais.
Implementar uma política estadual de digitalização e atualização, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos em plataformas livres e gratuitas.
Desenvolver linhas de pesquisa no campo de museus, arquivos, coleções, memória, patrimônio e na arquitetura dos prédios em que se encontram instalados.
Estimular a compreensão dos museus, arquivos, centros culturais e demais equipamentos culturais, como articuladores do ambiente urbano, da história da cidade e de seus estabelecimentos humanos como fenômeno cultural.
Estimular a criação de centros integrados da memória no Estado e nos municípios, como museus, arquivos e bibliotecas, bem como criar condições para sua organização e manutenção, favorecendo assim o registro, a pesquisa, a preservação e a difusão do conhecimento.
Estimular e consolidar a apropriação pelas redes públicas de ensino, do potencial pedagógico dos acervos de museus, arquivos, bibliotecas e demais instrumentos culturais, contribuindo para fortalecer o processo de ensino-aprendizagem.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quadro 1 – Menções a arquivos no Plano de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

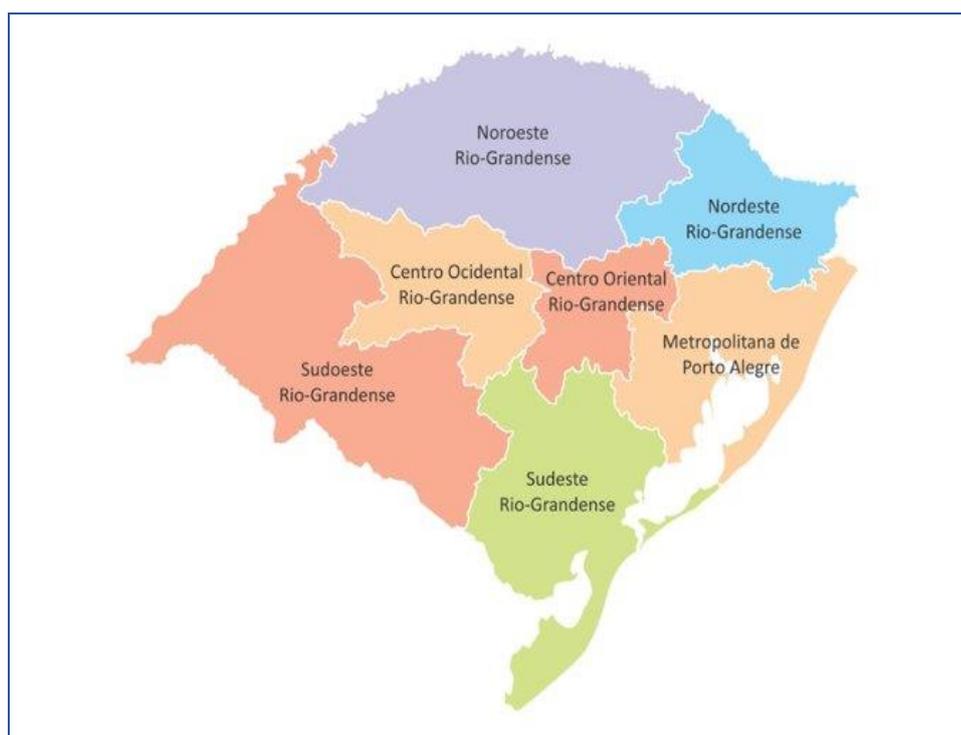
Continuação

Conteúdo
Adotar protocolos que promovam o uso dinâmico de arquivos públicos, conectados em rede, assegurando amplo acesso da população e disponibilizando conteúdo multimídia. Criar enciclopédias culturais, bancos de informação e sistemas de compartilhamento de arquivos culturais e artísticos para a internet com a disponibilização de conteúdos e referências gaúchas, permitindo a distribuição de imagens, áudios, conteúdos e informações qualificadas.
Organizar em rede a infraestrutura de arquivos, bibliotecas, audiotecas, museus e outros centros de documentação, atualizando os conceitos e os modelos de promoção cultural, gestão técnica profissional e atendimento ao público, reciclando a formação e a estrutura institucional, ampliando o emprego de recursos inovadores, de tecnologias, de licenciamento e de modelos de sustentabilidade econômica, efetivando a constituição de uma rede que dinamize esses equipamentos públicos e privados.
Fomentar a implantação, a manutenção, a preservação e a qualificação de arquivos, bibliotecas e museus nos municípios, estimulando a constituição de redes, garantindo entre outros elementos a contratação de profissionais qualificados, com o intuito de preservar e difundir o patrimônio ambiental e cultural, promover a fruição cultural e democratizar o acesso, dando destaque à memória e ao patrimônio histórico das comunidades e localidades regionais.
Potencializar equipamentos e espaços culturais, bibliotecas, museus, arquivos, cinemas, centros culturais e sítios do patrimônio cultural como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e “consumidores” culturais, ampliando sua participação direta na gestão destes equipamentos e na formação da programação.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A categorização dos municípios por meio de suas mesorregiões, na Figura 1, foi uma das primeiras operações de análise de dados. O objetivo foi verificar se a distribuição dos municípios que aderiram ao SNC seguia a lógica de participação na estrutura produtiva do estado. Como parâmetro, utilizamos a distribuição apresentada por Gonçalves, Moraes e Braatz (2021), que pode ser verificada na Tabela 1.

Figura 1 – Composição de imagem das mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul e participação na estrutura produtiva



Fonte: Getty Images (2023).

Tabela 1 – Composição de imagem das mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul e participação na estrutura produtiva

Mesorregião	Vínculos	Valor Bruto de Produção	Consumo Intermediário	Valor adicionado
Noroeste Rio-grandense	14,13%	12,38%	11,90%	11,42%
Nordeste Rio-grandense	12,78%	12,80%	12,55%	12,30%
Ocidental Rio-grandense	3,47%	2,37%	2,72%	3,07%
Oriental Rio-grandense	6,46%	6,81%	5,94%	5,07%
Metropolitana de Porto Alegre	53,26%	53,40%	57,74%	59,09%
Sudoeste Rio-grandense	3,99%	2,83%	2,98%	3,14%
Sudeste Rio-grandense	5,91%	6,40%	6,16%	5,92%

Fonte: Gonçalves, Moraes e Braatz (2021).

As mesorregiões Metropolitana, Noroeste e Nordeste Rio-grandense possuem a maior contribuição no número de empregos ativos (vínculos), e na geração do valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado. Cabe ressaltar, que a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre se destaca por possuir a maior contribuição no valor adicionado dentre as mesorregiões 52,54%. (Gonçalves; Moraes; Braatz, 2021, p. 1932).

A distribuição dos sistemas de cultura no Rio Grande do Sul por macrorregião mantém correlação com a contribuição na estrutura produtiva, levando em conta a quantidade de municípios. Isto é, Mesorregião Metropolitana, que tem a maior contribuição produtiva, também é a que apresenta o maior número de municípios aderidos ao SNC. A correlação permanece no caso da Mesorregião Nordeste, mas não se sustenta nas demais regiões: mesmo no caso das mesorregiões menos contribuintes produtivamente, a adesão ao SNC foi considerável. Isso não significa, no entanto, que elas mencionassem arquivos nos documentos de constituição de seus sistemas locais. A análise pode ser realizada quando compararmos a Tabela 1 com a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos sistemas de cultura no Rio Grande do Sul por Mesorregião e distribuição de municípios que mencionam arquivos

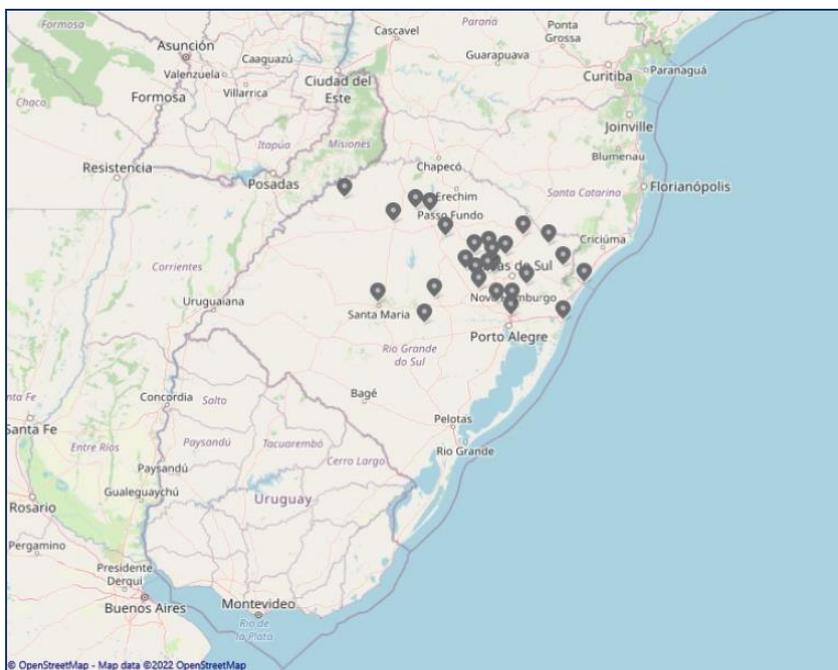
Mesorregião	Total	Municípios			
		Adesão ao SNC	f(%)	Adesão ao SNC e menção a arquivos	f(%)
Noroeste	216	91	42	5	5,5
Nordeste	54	33	61	9	27
Centro Ocidental	31	15	48	1	7
Centro Oriental	54	34	36	5	15
Metropolitana	98	65	66	6	9
Sudoeste	19	10	53	0	0
Sudeste	25	11	44	0	0
<b>Total</b>	<b>497</b>	<b>259</b>	<b>52</b>	<b>26</b>	<b>10</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Tabela 2 demonstra, ainda, o número de municípios que mencionava arquivos em seus sistemas de cultura. Nesse sentido, a maior frequência de menções ocorreu na Mesorregião Nordeste (9 municípios), seguida da Mesorregião Metropolitana (6). Ficaram empatadas as mesorregiões Noroeste (5) e Centro Oriental (5). A Mesorregião Centro Ocidental teve apenas um município que mencionava arquivos em seus sistemas de cultura, e nas Mesorre-

giões Sudoeste e Sudeste não se verificou nenhum município que em isso ocorresse. A Figura 2 apresenta a distribuição de municípios em que foi possível encontrar referências aos arquivos nos documentos de adesão ao SNC.

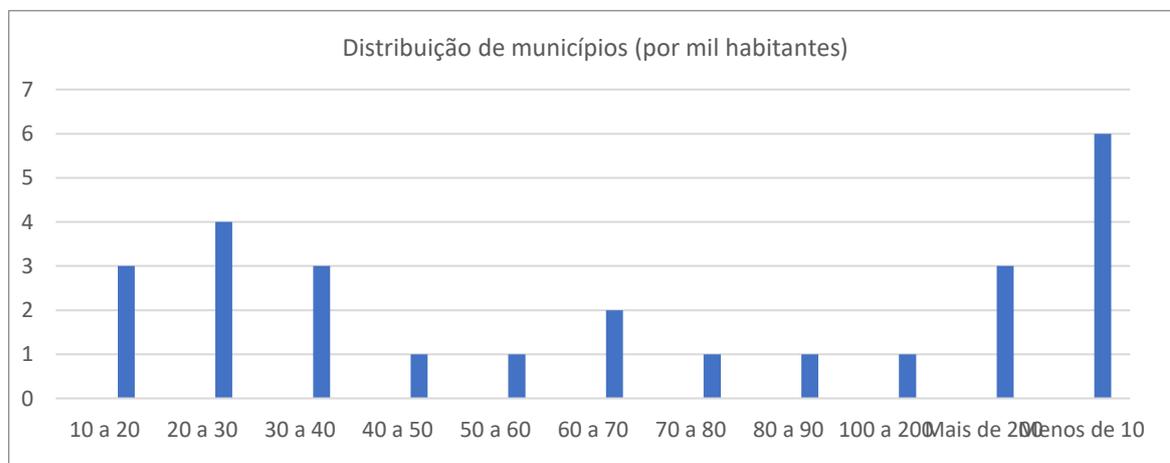
Figura 2 - Concentração dos municípios gaúchos que mencionam arquivos em seus sistemas de cultura



Fonte: Dados da pesquisa – Elaborado com *Atlas.TI* (2023).

Em relação ao tamanho da população dos municípios gaúchos que mencionavam arquivos em seus sistemas de cultura, verifica-se que não parece haver correlação direta entre populações maiores e preocupações com a atuação de arquivos e o *policy domain* da cultura. Pelo contrário, a maioria das menções foi observada em cidades com menos de 10 mil habitantes, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos municípios que mencionam arquivos em seus sistemas de cultura pelo tamanho da população



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No segundo momento da pesquisa, passou-se a analisar em que sentido os arquivos foram mencionados. O Quadro 2 apresenta um resumo das categorias que representam as menções.

Quadro 2 - Municípios que mencionam arquivos

Como componentes do Sistema de Cultura Local	Como foco de informação do Sistema de Informações Culturais Municipal	Como entidade capaz de receber recursos do Fundo de Cultura	Na Representação dos Conselhos de Cultura	Em objetivos e metas de seus planos de cultura
Bento Gonçalves, Gramado, Montenegro e Santa Maria (4)	Cambará do Sul, Chapada, Coqueiros do Sul, Monte Belo do Sul, Torres, Vale do Sol e Veranópolis (7)	Bento Gonçalves, Cambará do Sul, Chapada, Coqueiros do Sul, Gramado, Monte Belo do Sul, Nova Prata, Santa Rosa, Teutônia, Torres, Tramandaí, Vale do Sol e Veranópolis (13)	Bento Gonçalves, Bom Jesus, Guaporé (3)	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canoas, Encantado, Nicolau Vergueiro, Nova Prata, Novo Hamburgo, Panambi, Relvado, Santa Maria e Vacaria (12)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os municípios de Bento Gonçalves, Gramado, Montenegro e Santa Maria mencionaram explicitamente os arquivos como componentes de seus Sistemas de Cultura na legislação que os regulamenta. No mesmo tipo de legislação, foi possível encontrar a menção aos arquivos como foco de interesse de sistemas de informação culturais, destinados a coletar e monitorar dados sobre o setor de cultura. A maior parte das menções aos arquivos surgiram, no entanto, no momento da especificação de projetos e de entidades capazes de receber recursos dos fundos de cultura instituídos. Essas duas categorias, no entanto, podem ser resultado dos modelos de legislação fornecidos pelo então Ministério da Cultura em cartilhas e oficinas que auxiliavam os municípios no processo de adesão. A maior parte dos parágrafos que mencionavam essa categoria nos diversos municípios em que ela foi encontrada permite que se identifique a cópia *ipsis litteris* do modelo de legislação fornecido. Ou seja, tal menção pode não significar que tenha havido de fato preocupação com o setor de arquivos nos sistemas de cultura que os citavam naquelas duas categorias.

Acerca de cadeiras explicitamente destinadas a instituições, entidades ou representações da sociedade civil nos conselhos municipais de cultura foi possível encontrar apenas três municípios que os apresentavam: Bom Jesus (representação do Fórum Setorial de Patrimônio, de Arquivo e de Museus), Guaporé (Museu e Arquivo Histórico Municipal) e Bento Gonçalves (um representante do Sistema Municipal de Arquivo Público e Histórico SMAPH).

Na análise dos objetivos e das metas dos planos de cultura, os arquivos foram mencionados por doze municípios (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canoas, Encantado, Nicolau Vergueiro, Nova Prata, Novo Hamburgo, Panambi, Relvado, Santa Maria e Vacaria). Um dado que chama a atenção em tais metas e planos refere-se à menção a arquivos que ainda não existem, ou se existem, reconhecem que há necessidade da participação desse tipo de entidade para fortalecimento do sistema de cultura local, ainda que, neste último caso, eles não figurem na constituição do sistema de cultura municipal. Ou seja, há municípios que os mencionam na estruturação dos sistemas de cultura, mas não em seus planos, e vice-versa. O município que manteve maior coerência no sentido de menção aos



decisões ocorreram durante o Governo Bolsonaro, em que o próprio Ministério da Cultura foi reduzido a uma secretaria especial.

Diante de um novo cenário institucional representado pela nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, há esperança de que o SNC seja capaz de pôr em marcha seu potencial de intervenções no campo das políticas públicas culturais do país. Esperamos, ainda, que o estudo possa ser repetido nos próximos anos, e que os dados aqui trazidos possam servir para o planejamento de intervenções da comunidade arquivística, especialmente frente aos municípios que registraram suas demandas relacionadas a arquivos em seus planos de cultura.

## REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T.V.; RODRIGUES, G. M. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Transinformação**, Campinas, n. 3, v. 27, p. 255-264, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116777>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BALBINO, G. M. S.; VENÂNCIO, R. P. Políticas culturais e arquivos públicos: o caso da Lei Rouanet. **Ágora**, Florianópolis, n. 60, v. 30, p. 57-74, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/129737>. Acesso em: 13-nov.-2022.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. 2. ed. Nova York: ME Sharpe, 2005.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade da FEA/PUC-SP**, São Paulo, v. 28, n. 3, 2013.

BRAGANÇA, F. F. C. Política de difusão educativa e cultural do Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 3, p. 143-148, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41597>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, institucionalização e implementação do SNC: Sistema Nacional de Cultura**. Dez. 2011. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/77/13664026981632700845.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Especial de Cultura. **Sistemas Nacional de Cultura. Ver SNC: Ver Sistema Nacional de Cultura**. 2021. Disponível em: <http://ver.snc.cultura.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 25, p. 35-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/201662>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos** 101, mar. 2005. Disponível

em <https://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0057.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CAIRNEY, P.; WEIBLE, C. Comparing and Contrasting Peter Hall's Paradigms and Ideas with the Advocacy Coalition Framework. *In*: HOGAN J.; HOWLETT, M. (ed.). **Policy paradigms in theory and practice: discourses, ideas and anomalies in public policy dynamics**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

COSTA, F. C. S; CARVALHO, L. M. Para quem e o que informamos? O Estado Novo, Natal e as informações cotidianas no jornal "A República" (1941-1942). **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, n. 2, v. 5, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80766>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CUNHA, C. S.; CONSTANTE, S. E. Cultura na perspectiva Arquivística. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, n. 1, v. 26, p. 31-42, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/23731>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CUNNINGHAM, A. A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária. **Cadernos BAD**, n. 2, p. 55-67, 2003.

FURTADO, A. C. Os Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID - Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Carlos, n. 2, v. 2 n. 2, p. 145-159, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39614>. Acesso em: 13 nov. 2022.

GONÇALVES, R. R.; MORAES, G. I.; BRAATZ, J. Estrutura produtiva das mesorregiões do Rio Grande do Sul: uma abordagem com matriz insumo-produto. **Brazilian Journal of Business**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 1924-1941, 21 jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34140/bjbv3n2-042>. Acesso em: 13 nov. 2022.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JARDIM, J. M. "Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos". **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

MALVERDES, A.; LOPEZ, A. P. A. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no espírito santo. **Ponto de Acesso**, Salvador, n. 2, v. 10, p. 59-80, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66843>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MEDEIROS, E. A patrimonialização, e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, n. 1, v. 25, p. 35-45, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/23604>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MENEZES, M.; BAHIA, E. M. S. A política pública de arquivo: a gestão de documento arquivístico no Arquivo Nacional de Timor-Leste. **Ágora**, Florianópolis, n. 60, v. 30, p. 372-399, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/129615>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MINTEGUI, E.; KARPINSKI, C. Análise de políticas de arquivo e patrimônio cultural no Brasil: proposta de metodologia e análise de dados. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, n. 2, v. 13, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/108262>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, L. R.; LESSA, B. O Arquivo escolar como fonte histórica de informação: o caso do Colégio Estadual Barros Barreto ? Salvador/Bahia. **Ágora**, Florianópolis, n. 64, v. 32, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/193683>. Acesso em: 13 nov. 2022.

REIS, F. L. C.; AQUINO, J. G. Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros, Minas Gerais. **Ágora**, Florianópolis, n. 59, v. 29, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119125>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ROTH-DEUBEL, A. **Enfoques para el análisis de políticas públicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SABATIER, P. A. The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe. **Journal of European Public Policy**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 98-130, mar. 1998. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13501768880000051>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SILVA, D. B. Onde está a sociedade civil na política nacional de arquivos? **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, p. 41-68, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/58/48>. Acesso em: 13 nov. 2022.

TARTAGLIA, A. R. S. Conservação preventiva na Biblioteca de História das Ciências e da Saúde. **Revista Eletrônica da ABDF**, Brasília, DF, n. esp., v. 4, p. 116-135, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/166159>. Acesso em: 13 nov. 2022.

VÁZQUEZ MURILLO, M. Hacia una política archivística. In: ANDRADE, A. C. N. (org.). **Archivos y documentos: textos seminales**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2015.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A pesquisa foi financiada por Bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).